

EDITORIAL

Entrando em seu terceiro ano de publicação, a **Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade (RRDDIS)** consolida cada vez mais seu protagonismo como ferramenta de registro e difusão do pensamento jurídico – e também interdisciplinar – a respeito da Sociedade Informacional, das novas tecnologias e da propriedade intelectual. Em mais uma oportunidade, a Revista cumpre sua missão de divulgar a pesquisa e a produção científica desenvolvidas pelas comunidades brasileira e internacional, formando uma rede de pesquisadores e especialistas com propósitos em comum.

O êxito desta tarefa é dividido com o **Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI)**, vinculado ao **Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD-UFPR)**, através do impulso dado pelo **Instituto Observatório do Direito Autoral (IODA)**, associação científica sem fins lucrativos inserida na área do Direito da Propriedade Intelectual no Brasil, que conta com o apoio internacional da *Red Iberoamericana de Propiedad Intelectual (RIAPI)*.

Além disso, a partir deste fascículo a RRDDIS passa a constar formalmente no rol de publicações da **Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná (BDP-UFPR)**, reiterando seu vínculo acadêmico com a UFPR e reforçando esta importante institucionalização para a Revista. Em paralelo, a publicação reafirma seu compromisso com a excelência priorizando a exogenia e a internacionalização, ao reunir articulistas e trabalhos de instituições de todo o Brasil e também de fora do país.

A RRDDIS segue estruturada da forma sistemática proposta desde o primeiro número, em cinco seções que dialogam entre si, para viabilizar a categorização didática das pesquisas. As seções são: (i) Direito Autoral e Sociedade Informacional; (ii) As Novas Fronteiras dos Direitos Intelectuais; (iii) Inovação, Direito e Tecnologia; (iv) Estudos de Caso, Jurisprudência e Legislação; e (v) Resenhas e Outros Estudos. Neste quinto número, a Revista segue ampliando e aprofundando o debate sobre as repercussões jurídicas das novas tecnologias, das soluções digitais e da inteligência artificial.

Na seção Direito Autoral e Sociedade Informacional, que abre a publicação, a pesquisadora **Heloisa Molitor** busca compreender os impactos da inteligência artificial no âmbito dos direitos autorais, para analisar a atuação da ferramenta ChatGPT nesse cenário, em seu artigo *Mineração de dados e direito autoral no Brasil: uma análise do enquadramento legal da tecnologia de ChatGPT em hipóteses de uso livre*.

Na seção seguinte, que apresenta As Novas Fronteiras dos Direitos Intelectuais, o autor português **Alexandre Libório Dias Pereira** traz a perspectiva da União Europeia sobre a filtragem de conteúdo nas plataformas comerciais online em seu artigo *Filtros de conteúdos digitais para infrações 'óbvias' aos direitos autorais?*. Ainda nessa seção, o pesquisador **Guillermo Palao Moreno** apresenta o trabalho *A União Europeia diante da digitalização e internacionalização da atividade de registro de estado civil*. Por fim, o trabalho coletivo *IP and virtual assistants* discute o uso de assistente virtuais e suas repercussões na área da propriedade intelectual.

A terceira parte, intitulada Inovação, Direito Digital e Tecnologia, traz o artigo *Limites legais da proteção autoral denominada desenho industrial: formas essencialmente técnicas e funcionais*, em que as autoras **Ângela Kretschmann** e **Cláudia Tolentino** enfrentam a problemática da proteção a desenhos industriais no Brasil. Na mesma seção, o autor **Paulo César Busato** aborda as decisões automatizadas na pesquisa *De máquinas e seres vivos: quem age em resultados criminais decorrentes de decisões cibernéticas?*. Por último, o pesquisador **Andrés Guadamuz**, da University of Sussex,

apresenta sua perspectiva sobre os *NFTs* no trabalho *A traição das imagens: tokens não fungíveis e direitos autorais*.

Na seção destinada a veicular Estudos de Caso, Jurisprudência e Legislação, o pesquisador **Pedro Marcos Nunes Barbosa** comenta precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre concorrência desleal, *dolus bonus* e práticas comerciais no artigo *Hamburguer, ketchup e o STJ*.

Voltada a publicar Resenhas e Outros Estudos na área temática da Revista, a última parte traz o artigo de **Débora Silva Gomes** e **Juliana Pimentel Viana**, em que as autoras trabalham *O instituto da convalidação e seu impacto na eficiência do exame recursal no INPI*. Fechando o fascículo, compõe esta seção a resenha do livro *The Singapore Convention on mediation*, obra editada pelo Professor Guillermo Palao, da Universidade de Valencia, na Espanha.

A profundidade e a pluralidade dos trabalhos selecionados com rigor e aqui publicados reafirmam o compromisso da Revista em atuar com excelência no campo da pesquisa científica interdisciplinar. A intenção é que o debate seja perpetuado e enriquecido, bem como amplie o interesse da academia e da sociedade nas temáticas da Sociedade Informacional, das novas tecnologias e da propriedade intelectual. A todos e todas, desejamos uma proveitosa leitura.

Marcos Wachowicz

Editor